



HISTÓRIA DA IMPRENSA GOIANA: DOS VELHOS TEMPOS DA COLÔNIA À MODERNIDADE MERCADOLÓGICA

Rosana Maria Ribeiro Borges¹

Angelita Pereira de Lima²

*É preciso perceber que o passado tinha um futuro
e que nós somos o futuro desse passado.*

Paul Ricouer

Em 2008, comemora-se o bicentenário da imprensa no Brasil e os 40 anos de criação do curso de Jornalismo na UFG. Muitos eventos, sobretudo acadêmicos, comandam o debate sobre a temática. O assunto também é retratado na mídia, mas em geral de maneira mais tímida. Talvez por uma herança positivista, ou até mesmo frankfurtiana, quando se fala em imprensa, geralmente o discurso ou o imaginário associa-se quase automaticamente a uma idéia de nocividade, manipulação ou mesmo alienação. Há quem diga, inclusive, que a tardia implantação da imprensa no Brasil não merece comemorações, tendo em vista suas estreitas e perigosas relações com o poder político e econômico desde o seu surgimento.

Entretanto, o debate sobre a imprensa nacional revela pontos intrigantes, quando o objeto de análise é ampliado historicamente e desnudado não somente pela ótica dos dirigentes, dos veículos e/ou dos conteúdos, mas, sobretudo, pela processualidade histórico-dialética a ele inerente. E é esta

1. Radialista, bacharel em Comunicação Social e mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Faculdade de Comunicação Social e Biblioteconomia da UFG.

2. Jornalista, bacharel em Comunicação Social e mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG.

perspectiva que se pretende abordar nas reflexões sobre a história da imprensa em Goiás, ou seja, o olhar que destinamos à imprensa goiana a apresenta como um fenômeno social de resistência política e cultural já no seu nascedouro. A primeira tipografia que aqui chegou veio a contragosto da Coroa real financiada pelo capital privado e produziu as primeiras publicações de oposição ao regime.

A ausência de estudos e pesquisas sobre a história da imprensa em Goiás torna este artigo instigante e desafiador. Frente à emergência do tempo e à contemporaneidade do assunto, resta-nos dar as primeiras pinceladas. Há que se ressaltar, no entanto, que existem diversas pesquisas e obras publicadas sobre veículos de comunicação goianos, sobre o rádio, a televisão e a propaganda goiana. Há também cronologias, artigos de pesquisa, artigos de opinião, biografias e inventários sobre a história da imprensa em Goiás. No entanto, uma pesquisa ou obra que aborde, analise e apresente uma sistematização histórica da imprensa goiana, o que a constitui enquanto um objeto de pesquisa que clama por atenção, está por ser realizada.

Antes de aprofundar esse tema, alguns comentários sobre a produção da história da imprensa serão tecidos. Marialva Barbosa (2004) nos lembra que, no Brasil, quando se fala em “história”, a maioria das pessoas logo pensa numa sucessão de fatos e datas que marcaram determinadas mudanças sociais geralmente vinculadas a personagens centrais munidos de algum tipo de poder que lhes atribuía características especiais para serem dignos de registro histórico. Quando a realidade histórica é contada com personagens no centro da narrativa, tem-se uma aproximação com

uma compreensão linear da história orientada para um futuro infinito, apresentada a partir das rupturas (e não dos processos) e presa a um passado remoto.

Ao contrário disso, compreende-se que a história é um movimento de reconstrução do passado que não fala do passado, e sim do presente. A partir do fazer histórico são abertas diversas possibilidades de diálogo que exorcizam a morte e ofertam à sociedade elementos para situar-se no presente, conforme bem enfatiza Michel de Certeau, na obra *A escrita da história* (1982). Deste modo, a compreensão histórica que aqui se apresenta não fala do tempo passado, mas possibilita a sua reconstrução a partir de um diálogo estabelecido com as fontes históricas.

Essa perspectiva encontra sólidos embasamentos na chamada história cultural que, segundo Roger Chartier (1990), objetiva identificar as múltiplas maneiras pelas quais determinada realidade é construída, pensada e interpretada em diferentes lugares e momentos. Isso remete a um conceito que compreende a história como um processo complexo e dialético que engloba relações econômicas, sociais, culturais, falas, anônimos e até mesmo silêncios. A construção da história da imprensa segue o mesmo processo utilizado para a escrita da história, competindo ao historiador, inclusive, perguntar pelos silêncios e identificar o que não foi dito, bem como as razões deste não-dito.

Ao lançar esta luz da história cultural sobre a história da imprensa goiana, torna-se possível levantar a hipótese de que perduram silêncios sobre este objeto de estudo. No entanto, não é objetivo deste texto responder a tal questão, mesmo porque ainda não há uma obra que sistematize a história da imprensa em

Goiás. Com essa constatação, pretende-se revelar as limitações encontradas na construção deste artigo, tendo em vista que o mesmo apresenta análises iniciais sobre a história da imprensa goiana no seu conjunto, se é que podemos assim denominar a tentativa de sintetizar a temática. Como ao vento não se impõem cancelas, apesar das dificuldades e limitações, tentaremos aqui, ao menos, ventilar uma pequena brisa na organização expositiva da história da imprensa em Goiás.

Numa divisão didático-metodológica preliminar, inicialmente pode-se pensar a história da imprensa goiana em cinco períodos que não são isolados nem finitos em si mesmos, mas que se inter-relacionam, influenciando-se e contribuindo para a construção do atual cenário da imprensa goiana.

Primeiro período: o surgimento da imprensa goiana

Segundo a Associação Goiana de Imprensa (AGI), a primeira pessoa a sistematizar dados históricos sobre a imprensa em Goiás foi o padre Antônio Luiz da Silva e Souza (1764-1840), em meados de 1800, o qual também tinha uma preocupação em reunir informações sobre o contexto social, político e econômico do Estado. Hoje ele é considerado o primeiro comunicador, historiador e estatístico de Goiás, e desde aquela época enfatizava as belezas naturais e potencialidades do Estado, que não tinha reconhecimento, apoio e tampouco ligação com os centros urbanos e de poder do país. Além de ter sido um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o padre Antônio Luiz foi um importante colaborador do primeiro jornal goiano, o *Matutina Meyapontense*.

O período de existência deste jornal engloba os anos de 1830 a 1834. Em linhas gerais, o *Matutina* foi editado pela primeira vez no dia 5 de março de 1830, no julgado de Meia Ponte (atual Pirenópolis). Sua história reflete a luta dos jornais brasileiros contra a dominação portuguesa, uma vez que o jornalismo nacional nasceu no ardor e clima dos movimentos políticos, diferentemente da Europa, que teve o desenvolvimento do jornalismo alicerçado principalmente nas necessidades mercadológicas do capitalismo comercial e industrial.

Os pequenos jornais opinativos que existiram desde o Brasil Colônia proliferaram-se na segunda metade do século XIX e perduraram até a primeira metade do século XX. Geralmente, os nomes desses jornais exprimiam os anseios do grupo ao qual se ligavam ou seu objetivo de luta: *O Enfermeiro dos Doidos*, *Cartas*

ao Povo, Os Dois Compadres Liberais, O Velho Casamenteiro, O Médico dos Malucos, O Minhoca-Verdadeiro Filho da Terra, O Grito da Pátria Contra os Anarquistas, O Carpinteiro José, O Pai José, Teatrinho do Senhor Severo, O Homem de Cor, O Mulato, O Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho, O Meia-Cara, O Burro Magro, A Loja do Belchior, A Mineira no Rio de Janeiro, O Par de Tetas, A Trombeta dos Farroupilhas, A Sentinela da Liberdade, O Soldado Aflito, O Grito dos Oprimidos, Matutina Meyapontense, entre outros. Como se pode perceber, nem sempre os periódicos relacionavam-se a questões políticas, tendo, entre os pasquins,³ publicações de frivolidades, com conteúdos mais amenos, humorísticos ou de literatura.

Neste cenário de efervescência da imprensa brasileira, Goiás teve a sua contribuição com o *Matutina Meyapontense*. Em 1829, o presidente da Província de Goiás, marechal Miguel Lino de Moraes, encaminhou um ofício ao Império solicitando a instalação de uma tipografia em Vila Boa, então capital do Estado. O Império não autorizou o feito, afirmando que Goiás não “precisava” de uma tipografia. Neste período histórico, Goiás encontrava-se numa delicada situação econômica, política e social, tendo em vista o esgotamento das jazidas de ouro, o isolamento geográfico e a inexpressividade econômica e política, constituindo-se, aos olhos do imperador, num peso ao orçamento do Império.

Nesse mesmo ano, entrava em cena um personagem que marcaria a história da imprensa goiana e brasileira, um dos homens mais ricos do seu tempo, que chegou a financiar dívidas do governo da Província de Goiás: o comendador Joaquim Alves de Oliveira, comandante-geral do julgado de Meia Ponte. Através da produção do Engenho São Joaquim (atual Fazenda Babilônia), ele mantinha atividades agrícolas e comerciais, vendendo alimentos em diversas cidades brasileiras como Cuiabá, Rio de Janeiro e São Paulo. Em desagravo ao veto do imperador

3. Segundo o Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse (1987: 628), *pasquim* é sinônimo de *jornal difamador*, *sátira*, *panfleto*, *libelo*. Deste termo o dicionário retira ainda outros dois: *pasquinada* (difamação escrita em pasquim) e *pasquineiro* (autor de pasquins, difamador). Sobre os pasquins, é interessante perceber que, assim como há vários tipos de imprensa, há diferentes maneiras de se estudar e conceituar a imprensa. Na ótica burguesa ou oficiosa, existem os bons e os maus jornais. Segundo Capelato (1998, pp. 28-30), os “bons” são aqueles que contribuem para a manutenção da ordem e do *status quo* sociais; é o bem comportado, que goza de privilégios junto aos governantes por não criar confusões. Já a “má” imprensa é aquela depreciada pelos valores burgueses por ameaçar a “paz” e a “harmonia” da sociedade, depreciando o que se considera “bons costumes”. Comumente, é vigiada e punida. Pode ser expressa na imprensa adjetivada anarquista, socialista, comunista. Em raros momentos da história do Brasil, gozou de liberdade, que desapareceu completamente nos períodos ditatoriais, nos quais até mesmo a “boa” imprensa sofreu perseguições.



no tocante à aquisição de uma tipografia pelo governo da Província de Goiás, o comendador Joaquim Alves de Oliveira comprou com recursos próprios uma tipografia no Rio de Janeiro, que foi instalada em Meia Ponte. No ano seguinte, o jornal foi publicado pela primeira vez, trazendo o seguinte texto assinado por Miguel Lino de Moraes:

A liberdade da imprensa não é considerada como sustentáculo dos governos bem constituídos, senão porque oferece meios para a instrução geral, porquanto é esta que estabelece uma base à segurança e obrigações do cidadão; é ela que faz amar a justiça, respeitar as autoridades e obedecer às leis: um povo instruído, vendo a necessidade da Nação, abraça e sofre, sem murmurar, os impostos; considera o governo, como o seu maior bem e aborrece o homem sádico e turbulento, como o maior inimigo da sociedade: não entra, pois, em dúvida que a instrução seja a melhor e a maior garantia dos governos constitucionais (...) Talvez pareça mais que audácia o pretender eu oferecer aos meus patrícios goianos um periódico em um arraial, se bem que o mais populoso da Província, falta todavia de comunicações, por estar situado fora da estrada geral e distante de Goiás 26 léguas, para onde unicamente tem um correio mensal; talvez haja mesmo quem diga, que a empresa é superior às minhas forças e que não calculei a tarefa que me impus; eu concordo com todos e é mesmo porque reconheço a pobreza dos meus talentos, que nenhum outro nome me pareceu tão análogo a este periódico, como *Matutina*, cuja luz muito pouco clareia, mas como se lhe pode negar ser a precursora do dia, creio que assim mesmo irei dissipando as trevas, até que Espíritos Iluminados queiram espalhar suas luzes. (AGI, 1980, p. 52)

O *Matutina Meyapontense* surgia no momento em que o ideário republicano e liberal se espalhava pelo País. Num estudo mais aprofundado do jornal, percebe-se claramente este ideário, que buscava registrar anseios e sentimentos trazidos pelo sonho de um tardio iluminismo que somente a República seria capaz de contemplar. A influência iluminista no *Matutina* foi tamanha que acabou por influenciar até mesmo na escolha do seu nome. Inicialmente, o jornal era publicado às terças e sextas-feiras, impresso em quatro páginas em papel almaço, contendo apenas duas colunas. Do número 25 ao 178, passou a ser publicado terça, quinta e sábado. A partir do número 179, de 21 de maio de 1831, passou a trazer no cabeçalho as seguintes frases, que expressam uma ação política da imprensa nacional que ganhou força e destaque nas lutas pela Independência: “Os Reis só são legítimos quando governam com a Constituição” e “O Direito de resistência é direito público de todo povo livre”.

O *Matutina Meyapontense* publicava atas de reuniões dos dirigentes da província, atos oficiais, correspondências civis e oficiais, literatura, crônicas, cartas dos leitores, tendo ainda alguns anúncios. Registrou fatos importantes da história de Goiás, como a instalação da primeira biblioteca do Estado, no arraial de Meia Ponte. É interessante perceber que, se para o Império o *Matutina* era oposição, para o governo da Província de Goiás era praticamente um jornal oficial que teve duração de quatro anos, num total de 526 exemplares. Sua abrangência extrapolava os limites do Estado de Goiás, adentrando-se no Mato Grosso. Chegou até mesmo a ter um fascículo específico para publicar informações de interesse deste Estado.

As críticas à Coroa portuguesa presentes no *Matutina* faziam-se uma constância na maioria dos jornais brasileiros deste período e desencadearam um processo de censura que chegou a impedir a circulação de muitos jornais.⁴ Segundo o Império, a Lei de Imprensa serviria para regular a “linguagem cáustica, ferina, desabrida e imoral das folhas de oposição”. Jornalistas foram espancados, perseguidos e exilados. O último número de que se tem notícia e registro histórico do *Matutina Meyapontense* circulou em 24 de maio de 1834. Dois anos depois, a tipografia pertencente ao jornal foi vendida ao presidente do Estado de Goiás, José Rodrigues Jardim, que criou a imprensa oficial em 1837 através do *Correio Oficial de Goiás*.⁵

Segundo período: consolidação da imprensa goiana

Um segundo período da história da imprensa em Goiás pode ser estabelecido entre os anos de 1834, cujos marcos seriam o processo que desencadeou o fim do *Matutina Meyapontense* e o início do *Correio Oficial de Goyás* e o ano de 1890, com o fechamento deste jornal. Nesse período histórico, percebe-se ainda o surgimento de periódicos em muitas cidades goianas, movimento que também acompanha uma expansão da imprensa nacional, tendo em vista que,

4. A primeira lei brasileira da imprensa é datada de 22 de novembro de 1823, estabelecendo em seu artigo primeiro que “nenhum escrito de qualquer qualidade, volume ou denominação é sujeito à censura, nem antes e nem depois de impresso” (MATTOS, 2005, p. 103).

5. Recentemente, a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL) publicou em CD-ROM todos os exemplares digitalizados do jornal *Matutina Meyapontense*, da revista *A Informação Goyana* e da *Revista Oeste*, que estão à disposição do público em geral na Biblioteca da Universidade

enfraquecido, o Império não mais conseguiu impedir a aquisição de tipografias e a circulação dos jornais.

O *Correio Oficial de Goyás* foi criado por Lei Provincial que, além de instituir o jornal como veículo de comunicação oficial do Estado, estabeleceu orçamento para que o mesmo pudesse se manter. Da rubrica deste orçamento, constavam gastos com aluguel de imóvel para o funcionamento da tipografia, compra de papel, tinta e remuneração de recursos humanos. Sob a direção do mesmo tipógrafo do *Matutina Meyapontense*, tenente Mariano Teixeira dos Santos, o *Correio* teve a sua primeira circulação em 3 de junho de 1837. No ano seguinte, sua direção passou para a tutela da Igreja, sendo, a partir daí, comandado pelo monsenhor Joaquim Vicente de Araújo, fato que ilustra o aparelhamento religioso do governo do Estado de Goiás (AGI, op. cit.).

Em sua primeira fase, o *Correio* circulou durante quinze anos (1837-1852). De 1852 a 1855, os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal *O Tocantins*, até que neste ano foi criada a *Gazeta Oficial de Goyás*, em substituição ao *Correio Oficial de Goyás*, agora sob direção de um civil (João Luís Xavier Brandão). Entretanto, em maio de 1864, o *Correio Oficial* voltou a circular em segunda fase, publicando conteúdos de caráter oficial, tais como peças oficiais do governo, trabalhos da assembléia provincial e resoluções das Câmaras Municipais. O jornal deixou de circular definitivamente em 1890, por um ato baixado pelo governador da província, major Rodolfo Gustavo da Paixão. Como justificativa, ele prometeu a compra de um novo prelo, o que nunca foi concretizado (idem, 1980). Com o fechamento do *Correio*, os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal *Goyás*,

veículo político ligado ao grupo dos Bulhões, dirigido por Antônio Félix de Bulhões Jardim. Entretanto, anos mais tarde, ele ressurgiria como órgão oficial do governo de Goiás, como será abordado mais adiante.

Ressalta-se que, no final do século XIX, a cidade de Vila Boa era palco de efervescência cultural, política e intelectual, além de concentrar todas as decisões administrativas. Mais de trinta jornais circulavam na cidade, mantendo, em sua maioria, a linha dos periódicos nacionais deste período: ideários republicanos e liberais e duras críticas ao governo.

Terceiro período: imprensa goiana lança Goiás no cenário nacional

O fechamento do *Correio Oficial de Goiás*, a expansão dos periódicos pelo Estado e a fundação da Associação Goiana de Imprensa podem indicar um terceiro período da história da imprensa em Goiás, que iria de 1890 a 1934. Proclamada a República, Goiás já não era mais uma província pobre e abandonada, nem sua capital, o único centro cultural e econômico do Estado. Porto Nacional, Mataúna (Palmeiras), Rio Verde, Catalão, Suçupara (Bela Vista), Corumbáiba, Itaberaí, Luziânia, Silvânia, Pirenópolis, Anápolis, Jataí, entre outros, também tinham seus jornais e já participavam abertamente do debate político. Os embates políticos ocorriam por meio dos jornais, que não se limitavam aos debates gerais, partindo para questões pessoais e “ferindo a honra” dos digladiadores.

Nesse período histórico, despontava uma das figuras mais polêmicas do jornalismo goiano: Moisés Santana. Formado na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, Santana combateu na Guerra

de Canudos e, como jornalista, tinha fama de ser polêmico e atrevido. Fundou e dirigiu jornais em vários municípios goianos, até ser assassinado na cidade de Uberaba. O texto a seguir foi publicado na imprensa goiana por ocasião de sua morte:

Era irrequieto, era tempestuoso. Armou vendavais, furacões tremendos em águas dormidas. Voou com águias reais, de asas possantes, e lhe não foram desgraçadamente estranhas as planuras. Contudo, fogacho de chamiços seus gestos de rebeldia. Foram-lhe familiares os afetos que purificam. Nunca odiou. Com a carabina fumegante das campanhas, dos prélios inglórios, não derramou uma lágrima de adversários. Sua arma era como as metralhadoras de Claudino Nunes Pereira, o maior soldado do Rio Grande dos nossos dias. Tinha horror de sangue de irmãos. Como Baudelaire para Camilo Mauclair, Moisés Santana foi o algoz de si mesmo. (AGI, op. cit.)

No mesmo clima contestador do jornalismo goiano, mas com uma preocupação em lançar o Goiás no cenário nacional, Henrique Silva foi outro jornalista que atuou nesse período histórico e cuja contribuição ultrapassou os limites geográficos e políticos do Estado. Silva preocupava-se com as potencialidades de Goiás a ponto de fundar, na capital federal, Rio de Janeiro, a revista *A Informação Goyana*, cujo objetivo era “...tornar o Estado de Goiás conhecido, admirado, respeitado em razão dos recursos naturais que possuía e das potencialidades econômicas que tais recursos encerravam” (NEPOMUCENO, 2003, p. 12). Além do Rio de Janeiro, a revista circulava em Goiás, nos principais Estados brasileiros e até em alguns países estrangeiros. Sua duração foi longa: de 1917 a 1935, período no qual acumulou 213 números publicados.

Pela diversidade de temáticas e postura política, a revista ultrapassou os limites de um periódico informativo, constituindo-se fundamentalmente numa revista de opinião que tentou traçar diretrizes econômicas e políticas para o Estado de Goiás e para o Brasil Central.

Além de Henrique Silva, idealizador, mantenedor e principal articulador, a revista contou também com a colaboração de Americano do Brasil, Olegário Pinto, J. J. Curado e Moisés Santana. O encontro desses intelectuais deu-se na Escola Militar da Praia Vermelha, cujo programa



destacava a necessidade de formar intelectuais e cientistas capazes de organizar a sociedade para desenvolver o Brasil. Sob influência do ideário positivista de Auguste Comte (1798-1857), os intelectuais ligados à Escola Militar acreditavam que um dos instrumentos para tal mudança seria a imprensa, daí a justificativa para a linha editorial da revista:

A Informação Goyana veio à luz como uma forma de reação contra o lugar que o sertão brasileiro, especialmente o Estado de Goiás, ocupava no contexto nacional. Nem a imprensa nem o governo federal dispensavam a Goiás a atenção que, segundo este grupo de intelectuais, Goiás deveria merecer, em decorrência dos variados recursos naturais que dispunha, de sua privilegiada localização geográfica e, ainda, do que isso representava em termos de possibilidades econômicas que poderiam ser postas a serviço do País. (idem, p. 173)

Debatendo temáticas regionais de interesse nacional, *A Informação Goyana* foi mais que um instrumento especializado nas temáticas do Brasil Central que surgiu e se manteve no cenário nacional, pois cumpriu um papel político-educativo na formação de uma consciência em relação ao interior do País, especialmente sobre o Estado de Goiás, ressaltando a diversidade e as possibilidades que existiam fora dos grandes centros.

Fiel a seus propósitos, a revista fez campanhas exitosas, como a defesa da implantação de meios de comunicação e transportes em Goiás, considerados uma das ações fundamentais para a superação do atraso material e do isolamento político, social e cultural do Estado. A campanha pela estrada de ferro que ligava a região central ao Centro-Sul do País ultrapassou os limites da revista, sensibilizando parlamentares e governantes goianos, como Pedro Ludovico, que aprovaram verbas no âmbito do governo federal para prolongar a linha da estrada de ferro até Goiânia. De acordo com Maria de Araújo Nepomuceno, “a história da implantação dos transportes no Estado de Goiás, especialmente a da implantação dos caminhos de ferro, não pode ser dissociada da história dessa revista” (idem, p. 176). Por onde passava, a estrada de ferro fomentava o comércio e a cultura, ressignificando os espaços sociais especialmente do sul, sudeste e sudoeste de Goiás.

Henrique Silva e Americano do Brasil vinculavam-se ao grupo político dominante em Goiás, os “xaveiristas”, o que contribuiu para o subsídio financeiro da revista pelo governo goiano, cuja verba oscilava conforme o governante. Maria



de Araújo Nepomuceno (idem) afirma ainda que em determinados momentos a revista tornou-se quase um órgão oficioso do governo. Entretanto, o grande mantenedor da revista sempre foi Henrique Silva, tanto é que, com o seu falecimento, *A Informação Goyana* encerraria suas atividades, em 1935, sendo hoje considerada um instrumento formativo e político-educativo que contribuiu na construção de uma identidade nacional por trazer ao debate público brasileiro outras realidades distintas das grandes cidades e centros políticos, com fortes tendências regionalistas e nacionalistas.

Quarto período: Goiânia e a reestruturação da imprensa goiana

Em meados de 1940, o Estado de Goiás já estava saindo do ostracismo político e econômico e um processo histórico importante desencadeava-se a partir da ruptura de um grupo hegemônico, oriundo dos Bulhões e de que derivariam duas grandes oligarquias: os Caiado e os Ludovico. A partir de então, intelectuais, políticos e até mesmo os jornais dividiram-se em favor de uma ou de outra. Na capital, por exemplo, o jornal *O Democrata*, de Antônio Ramos Caiado, tinha como antagonista o jornal *A Voz do Povo*, de Pedro Ludovico. O embate entre as duas oligarquias culminou na transferência da capital para Goiânia.

Neste processo de mudança de poder, podemos analisar o nascedouro do quarto período da história da imprensa goiana, tendo em vista que praticamente todos os veículos de comunicação, as instituições e pessoas que ocupavam alguma posição social ou se relacionavam profissionalmente com o Estado acompanharam Pedro Ludovico. Era um homem de grandes artimanhas políticas, como a estrada de ferro construída no sul do Estado, que, por onde passava, movimentava as

idades, fomentava o comércio e levava o tão sonhado “desenvolvimento” ou mesmo a mudança da capital para Goiânia. Talvez essa tenha sido sua principal cartada diante da desarticulação que se promoveu no caiadismo, cujo berço era a cidade de Goiás.⁶

Além disso, a transferência da capital foi um dos grandes ícones da Marcha para o Oeste, movimento de Getúlio Vargas que visava combater a política café-com-leite (São Paulo e Minas Gerais), criando novos nichos de apoio político através do desenvolvimento do interior do Brasil. No início do ano de 1936, o *Correio Oficial* foi transferido para Goiânia, circulando pela primeira vez em 8 de abril, com homenagens a Pedro Ludovico Teixeira e saudações à nova capital, embora esta ainda nem existisse oficialmente, uma vez que isso só se concretizou em março de 1937. Em 1940, o *Correio Oficial* passou a denominar-se *Diário Oficial de Goiás*, nome que carrega até os dias atuais.

Desta maneira, um quarto período da história da imprensa goiana pode ser demarcado no período de 1936 a 1945, com a efetivação da transferência da capital para Goiânia e uma profunda alteração no jornalismo goiano. Principalmente pelo discurso desenvolvimentista em que se baseou a transferência, houve o fechamento de espaço para o jornalismo político e opinativo e, simultaneamente, a abertura dos caminhos ao jornalismo empresarial. Foi neste novo cenário que surgiu, em abril de 1938, o jornal *O Popular*, de Joaquim Câmara Filho e irmãos.⁷

Dados históricos registram que, em 1939, cerca de 40 periódicos impressos circulavam em Goiás, sendo 6 jornais e 2 revistas em Goiânia, 5 jornais em Anápolis e 27 jornais em outras cidades do interior do Estado. Entretanto, a maioria desses jornais teve uma vida curta, tendo em vista que diversos fatores, que carecem de um estudo mais aprofundado, impediram o desenvolvimento

6. Na luta pelo poder político em Goiás, Pedro Ludovico queria imprimir a idéia de progresso e desenvolvimento na construção da nova capital, deixando para trás tudo o que era velho, arcaico e atrasado, conceitos que associava ao caiadismo. Desta maneira, as primeiras edificações de Goiânia, projetadas por Atilio Correia Lima, foram inspiradas no mais moderno estilo arquitetônico da época: o *art déco*, movimento internacional de design que teve influências em diversas atividades, como a moda, pintura, cinema e arquitetura.

7. O berço d'*O Popular* foi a cidade de Goiás, quando, em 1935, Jaime Câmara e Henrique Pinto Vieira abriram a J. Câmara e Companhia, abrigando uma tipografia e uma papelaria. Com a transferência da capital para Goiânia, Jaime Câmara desfez a sociedade com Henrique Pinto Vieira, transferindo a firma para Goiânia e fundando uma nova sociedade, agora com os irmãos Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças Câmara (PERFIL DA ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA, 2008).

democrático da imprensa em Goiás. Um desses fatores pode ser explicado pela análise dos mecanismos de controle e censura empregados em grande escala de 1936 até a abertura política do País no início da década de 1980.

Segundo Sérgio Mattos (2005), o primeiro tipo de controle que se estabelece sobre a imprensa é o político-econômico. Este é exercido no Brasil por meio de anúncios (públicos e privados),⁸ do abuso da autoridade política e do poder do Estado em conceder ou não autorizações para funcionamento de veículos de mídia impressa, concessões e empréstimos. Em relação à censura, Mattos ainda destaca diversas formas e manifestações, como controle e/ou constrangimento do conteúdo ou do fluxo de informação, manipulação e omissão, geralmente manifestada por práticas de autocensura, além das formas mais tradicionais como a censura política, moral, prévia e militar.

Na constituição de 1937, Getúlio Vargas retomou a censura prévia aos veículos de comunicação para garantir “a paz, a ordem e a segurança nacional” (idem, p. 104). Com o Estado Novo, a censura foi intensificada com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, além de censurar previamente os conteúdos a serem publicados, também controlava os registros profissionais dos jornalistas, a autorização para o funcionamento de jornais e revistas e até mesmo a compra de papel para impressão, o que chegou a inviabilizar a impressão de muitos periódicos, que não tinham autorização do DIP para comprar papel.

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966), o DIP tinha um delineamento nazista e corrupto, configurados nas listas de assuntos proibidos que eram encaminhadas à imprensa, nas perseguições políticas de jornalistas que “atentavam” contra a Lei de Segurança Nacional e na distribuição de verbas para profissionais e veículos de comunicação de acordo com os interesses dos grupos hegemônicos de sustentação do poder político nacional, regional e local. Como consequência, Sodré afirma que “vários jornais enriqueceram e jornalistas se corromperam, o quanto era possível enriquecer e corromper” (idem, p. 439).

Este favorecimento político pode ser percebido em Goiás pela formação de poucos grupos e conglomerados de comunicação. No entanto, talvez sua maior expressão nesse período histórico específico seja a *Revista Oeste*, lançada em 5 de março de 1942, durante o batismo cultural de Goiânia. A revista tinha orientação

8. Estima-se que, atualmente, a propaganda governamental é responsável por cerca de 60% da verba publicitária movimentada por ano no Brasil.



estado-novista, com financiamento e influência direta de Getúlio Vargas e seus ideários desenvolvimentistas e populistas. Por isso, tornou-se um veículo oficial do governo, que a utilizava para divulgar assuntos de interesse político, administrativo e ideológico. No âmbito regional, a *Revista Oeste* era um veículo de propaganda do governo de Pedro Ludovico Teixeira, primeiro prefeito de Goiânia, chegando a ser transformada, com o decreto-lei publicado em 1943, num veículo oficial deste com finalidade cultural e de divulgação literária e sociológica.

De acordo com Maria Beatriz Ribeiro Costa (1994), a *Revista Oeste* operou a serviço da ideologia do Estado Novo, atuando na política de interiorização de Vargas, seja na mudança da capital para Goiânia ou na Marcha para o Oeste, cultuando as figuras de Getúlio Vargas e de Pedro Ludovico Teixeira. Ainda segundo esta autora, a revista teve três momentos: o primeiro foi marcado por um caráter cultural e literário, em consonância com os objetivos da sua criação. Neste período, a revista privilegiou artigos de literatura, contos e poesias. Para Galli (2006), inicialmente a revista provocou uma explosão literária, promovendo autores goianos no cenário nacional que compunham um grupo de vanguarda fomentador das

primeiras manifestações de adesão ao Modernismo em Goiás.

Num segundo momento, a revista continuou mantendo esse viés literário e cultural, mas agregando também discussões político-ideológicas com a divulgação dos ideários e feitos de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira. Em sua terceira fase, a *Revista Oeste* afastou-se do seu objetivo cultural voltando-se para o âmbito político-ideológico, defendendo os ideais desenvolvimentistas do Estado Novo e de seus aliados nacionais e regionais.⁹

Apesar da estreita ligação com Vargas e Ludovico, a *Revista Oeste* teve grande contribuição no fomento da literatura goiana, com destaque para as obras de Bernardo Élis, Venerando de Freitas Borges, Zoroastro Artiaga, Alfredo Nasser, Leo Lynce, Rosarita Fleury e Nelly Alves de Almeida. Em pouco tempo, ganhou reconhecimento nacional, sendo considerada, ao menos nas suas duas primeiras fases, uma das melhores revistas de ênfase cultural do País.

9. A partir de 1946, surgiram os Departamentos Estaduais de Informação (DEIs), cujo objetivo era divulgar as potencialidades dos Estados e seus governos, o que pode ser uma explicação para as mudanças na linha editorial da *Revista Oeste*.

Em consonância com a política da Marcha para o Oeste, em 1942 surgia a primeira emissora de rádio de Goiás, a *Rádio Brasil Central* (RBC), criada com o objetivo de lutar pela mudança da capital federal para Brasília. A RBC tinha como slogan: “Pra frente e para o alto, com Brasília no Planalto”. Posteriormente, surgiram outras rádios, como a *Anhangüera*, a *Difusora de Goiânia*, a *Carajá de Anápolis*, *Independência*, *Jornal*, *Riviera*, *Araguaia*, *Universitária*, entre outras.

A Rádio Universitária foi criada em 1962, por meio de uma resolução da Reitoria da UFG, sendo outorgada por decreto três anos depois. Aqui, percebe-se outra grande contribuição dos goianos para a história da imprensa brasileira, tendo em vista que a concessão da Rádio Universitária foi a primeira no País para radiodifusão educativa, sendo possível graças à intervenção do então ministro da Justiça Alfredo Nasser. O primeiro diretor, Ivo Pinto de Melo, foi designado pelo reitor Colemar Natal e Silva e coordenou o processo de instalação da rádio em prédio próprio.

Quinto período: emergência do modelo comercial de imprensa em Goiás

Um quinto período da história da imprensa goiana pode ser compreendido entre os anos de 1945 até o golpe militar de 1964, que, como é sabido, ressuscitou antigas práticas de censura, inclusive prévia, e fomentou o fortalecimento de alguns veículos e conglomerados de comunicação dentro da política desenvolvimentista da difusão da comunicação no País.

Neste período, surgiram também os primeiros grupos de comunicação, como a Organização Jaime Câmara, que hoje é o maior complexo de comunicação do Centro-Oeste. No cenário nacional e goiano, o jornalismo contava com melhores tecnologias, o que garantia uma melhor impressão. Além disso, os periódicos já manifestavam preocupações estéticas e as redações estavam tornando-se cada vez mais profissionalizadas e ágeis, tendo em vista que o desenvolvimento da telefonia no Brasil contribuiu significativamente para o aceleração da notícia. O jornal adquiria então um caráter empresarial e a profissão de jornalista, uma necessidade mercadológica, embora os jornalistas já se organizassem como categoria desde 1959 na Associação Profissional dos Jornalistas (APJor). Em 1969, o decreto do governo federal transformou a APJor em Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Goiás, e a profissão de jornalista foi oficialmente reconhecida.

Em 1966, a pedido da APJor e da AGI, a Universidade Federal começou a preparar a criação do curso de Jornalismo, o que se efetivou em 1968. A criação deste curso pela UFG resultou de um processo reivindicatório das entidades e dos profissionais da área de comunicação que atravessou décadas, tendo seu início no ano de 1934, com a criação da AGI, que desde os seus primórdios, lutou pela formação acadêmica do jornalista como um dos caminhos para se obterem um melhor desempenho profissional e uma maior organização classista.

O golpe militar de 1964 desencadeou outros processos históricos na imprensa goiana que, posteriormente, deverão ser analisados com maior profundidade. Como ocorreu com a imprensa nacional, este período de ditadura militar foi marcado tanto pela opressão dos militares e de seus apoiadores quanto pela resistência de jornais e jornalistas.

Na visão de Jávier Godinho (2004), o Estado de Goiás, sob comando de Mauro Borges, começou a implementar instrumentos de censura da imprensa goiana nos primeiros dias que sucederam o golpe militar de 1964, antes mesmo de haver orientações de Brasília. Inicialmente, a censura tinha caráter prévio e geralmente era feita por meio de ofícios enviados via telex, telegrama ou fax. Em pouco tempo, o poder de censurar a imprensa goiana foi ampliado para todo e qualquer militar, gerando o que Godinho chama de abordagem “burra e chata”, tendo em vista que qualquer militar poderia, por quaisquer motivos, utilizar instrumentos de censura contra a imprensa, que iam de fax, telefonemas, advertências orais e até mesmo bilhetes manuscritos em papel de pão com erros ortográficos e/ou de concordância verbal.

Ao contrário do que aconteceu em diversos veículos de imprensa nacionais, que substituíam as matérias censuradas por receitas culinárias, fotos estranhas ou simplesmente deixavam espaços em branco nas páginas dos jornais e revistas tentando informar ao eleitor que ali havia acontecido algum tipo de censura, os jornais goianos não ousavam muito no desafio à censura. Geralmente, substituíam as matérias censuradas por outras de conteúdo mais ameno ou aprovados pelos censores, praticando, ainda, a autocensura.

Mas, no período que permeou o governo Vargas ou no golpe militar de 1964, nem tudo era conformismo na imprensa goiana. Diversos veículos oposicionistas circulavam sob a mira dos censores e da polícia, o que os levava a atuar mais na clandestinidade do que na legalidade. A exemplo disso, um veículo goiano, cuja

duração atravessou 23 anos, deixou um legado importante: trata-se do jornal *Cinco de Março*, criado em 1959, após forte repressão da polícia a uma manifestação de estudantes secundaristas – que protestavam contra o aumento das passagens no transporte coletivo e das mensalidades escolares – ocorrida no dia em que se batizou o jornal. Abaixo, o relato de Jávier Godinho sobre este dia:

O governador se chamava José Feliciano Ferreira, foi em 1959, os estudantes fizeram... não sei se eles estavam protestando contra aumento de ônibus, acho que era aumento de ônibus, mas era uma coisa pacífica, lá na Praça do Bandeirante. Antigamente, as concentrações todas eram lá. E de repente chegou a polícia, chegou desfazendo o movimento, batendo, vieram os bombeiros jogando água com aquela mangueira grossa, e muitos ficaram machucados, e foi o que aconteceu. (apud VAZ & RAMALHO, 2008)

Além de Godinho, entre os líderes estudantis da União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES) estavam Telmo Faria e Batista Custódio. Os três lideraram a criação do jornal, que tinha contribuições de outros estudantes ligados à UGES, como Consuelo Nasser, Valterli Guedes e Zoroastro Artiaga. Para viabilizar a impressão do jornal, os estudantes conseguiram uma tipografia doada pelo *Jornal de Notícias*, de Alfredo Nasser. O equipamento, do início do século XX, imprimia duas páginas de cada vez, como conta Jávier Godinho:

Tinham uns tipos velhos, umas caixas de tipo. Tinha uma mesa onde a gente paginava e fazia. Tinha uma rama. Tinha uma linotipo, uma linotipo. O jornal era pequenininho, muito pequeno, era muito barato e ele vendia muito. Só a tiragem dele dava para pagar as coisas. Todo mundo ganhava muito pouco, todo mundo trabalhava lá porque gostava. (ibidem)

Para Consuelo Nasser (apud VAZ & RAMALHO, op. cit.), o jornal *Cinco de Março* teve duas fases: até a década de 1970, com forte ataque aos governos (federal, estadual e municipal), recheado de jargões, vícios e gírias, com foco no jornalismo opinativo; e após 1970, devido inclusive ao endurecimento do regime militar, aproximando-se do conteúdo noticioso, mais ameno, ouvindo os dois lados e analisando as situações com maior cautela.

O jornal *Cinco de Março* foi empastelado¹⁰ no dia 8 de agosto de 1964, após publicar uma notícia denunciando um rombo de CR\$ 5 milhões nos cofres da Polícia Militar de Goiás. Segundo a denúncia, feita por um oficial da PM, os policiais teriam rifado armas e munição para cobrir o rombo antes que fosse descoberto por algum superior. Poucas horas depois da abertura do jornal no referido dia, dois jipes da PM invadiram sua sede, atirando e quebrando tudo. O jornal ficou um mês sem circular, sob protestos da imprensa nacional. Mesmo tendo recorrido ao Judiciário contra os prejuízos materiais causados pela ação da PM, o jornal nunca foi ressarcido.

Apesar da censura, do empastelamento e das transformações que o enfraquecimento da vida democrática do Brasil durante o golpe militar de 1964 causou na imprensa em geral, o *Cinco de Março* continuou mantendo a sua linha editorial voltada para denúncias de corrupção, má prestação de serviços e descuido com o caráter público inerente ao Executivo e Legislativo. Para o professor Joãoimar Carvalho de Brito Neto: “Os jornais da época eram todos jornais conservadores, bem situados. E o *Cinco de Março* era um jornal semanário. Saía todas as segundas-feiras e seu ponto forte eram as denúncias de noticiário de povão, tinha grande crítica na parte política, incomodava a Deus e todo mundo, o que gerava medo nos políticos” (ibidem).

10. O empastelamento dos jornais consistia na ação da Polícia em misturar as caixas de tipos que compunham os linotipos para a impressão dos jornais. Geralmente, os policiais derrubavam milhares de tipos (letras metálicas de diversas fontes e tamanhos), misturando-os. Muitas ações da Polícia contra os jornais contavam ainda com a depredação de seu patrimônio físico, mas só a mistura das caixas de tipos inviabilizava o funcionamento dos veículos por meses.

As mulheres na imprensa goiana

Ainda invisível à história, a participação da mulher na imprensa goiana é outro tema que merece um estudo com maior acuidade. Possivelmente, um olhar que busque compreender as articulações entre a efervescência da imprensa em Goiás, descrita anteriormente, e o protagonismo de mulheres nesse campo vai revelar mais do que um interesse por assuntos considerados do universo feminino. Ao contrário, temas como feminismo, direitos civis e política faziam parte do cotidiano dessas produções. Índícios desse protagonismo existem, falta uma pesquisa que dê conta do tamanho real do papel da mulher no desenvolvimento da imprensa goiana.

Geralmente, para essas mulheres à frente de seu tempo, ligadas ao campo da literatura, da música e das artes, a imprensa tornou-se necessária para a difusão das produções e de suas idéias. Por isso, além de participação nos jornais já existentes, como o *Matutina Meyapontense*, surgiu a imprensa feminina com jornais específicos, fundados e dirigidos somente por mulheres. Merece destaque o jornal *A Rosa*, criado na primeira década do século XX e tendo entre suas fundadoras Cora Coralina, que já na sua adolescência tornara-se redatora do jornal. *A Rosa* era um jornal que defendia um movimento cultural e literário totalmente elaborados por mulheres, melhor dizendo, pelas “senhorinhas”.

Nomes como os de Maria Henriqueta Péclat (1886-1965), jornalista e cantora; Argentina Remígio Monteiro (1895-1979), intelectual; Genezy de Castro e Silva, vice-diretora e redatora do jornal *O Lar*, criado em 1920; Augusta de Faro Fleury Curado (1865-1929), escritora; Maria Augusta Fleury Curado,



a *Nita* (1897-1986), primeira colunista social de Goiânia; e Rosarita Fleury, redatora do primeiro jornal de Goiânia (*Que me importa?*) são a prova de que o silêncio reinante sobre essa história pede para ser rompido. Atualmente, a presença maciça das mulheres nas redações de jornais, rádio e televisões e, também, nos cursos de jornalismo é indicativo importante para a análise sobre a participação da mulher na história da imprensa em Goiás.

Assim, é necessário escrever novos capítulos dessa história. Com a redemocratização do País na década de 1980, pode-se pensar num outro período da história da imprensa goiana. Os impactos do período ditatorial, a perda da autonomia das empresas jornalísticas frente à dependência direta do financiamento governamental e, ainda, a concentração das publicações na capital, com a anulação da diversidade e da quantidade de publicações espalhadas pelo Estado, modificaram definitivamente o perfil da imprensa goiana. Esse período da história ainda está por ser compreendido e nomeado.

Considerações finais

Anos após o final do regime militar, a imprensa goiana ainda sofre com o medo de questionar e

publicar, até mesmo pelas diversas formas e manifestações da censura que ocorre via financiamento privado e governamental, ou até mesmo autocensura dos empresários do ramo e dos próprios jornalistas. Além disso, a imprensa goiana é marcada ainda pelo o encolhimento da circulação de jornais diários¹¹ e pela baixa qualidade apresentada por estes a partir do momento em que adotaram um modelo comercial de jornalismo, pouco adepto do compromisso público que a atividade requer.

Sérgio Mattos (op. cit.) lembra que a liberdade de imprensa é fundamental ao jornalista, mas é imprescindível à população em geral e à própria democracia. Assim sendo, a liberdade de imprensa não pode ser confundida com a liberdade da empresa em pautar temáticas e editar notícias de acordo com interesses privados que mortificam o interesse público, razão de

11. De acordo com Melo (2002), essa não é uma realidade apenas de Goiás. Segundo ele, a imprensa brasileira está sofrendo de um “mal endêmico” manifestado na exclusão de milhares de brasileiros desta forma de cultura escrita, cujo crescimento está completamente descompassado com o ritmo demográfico do País: “na década de 50 tínhamos um volume diário de 5,7 milhões de exemplares de jornais para uma população de 52 milhões de habitantes. Chegamos ao ano 2000 com uma tiragem diária de 7,8 milhões de jornais para uma população estimada de 170 milhões de pessoas” (p. 7).

ser da atividade jornalística: “sem liberdade de imprensa não há jornalismo, uma atividade que se caracteriza essencialmente por apurar fatos e divulgar fatos de interesse público” (p. 11).

O controle público não pode ser feito pelos empresários do setor, pois seus interesses estão situados na esfera privada, o que compromete o caráter público da imprensa. Assim, o controle público só pode ser atributo da sociedade civil, mesmo porque democracia não pressupõe falta de controle, e sim, controle público garantidor da supremacia e soberania dos interesses coletivos em detrimento dos privados. As contradições do modelo comercial adotado pela imprensa nacional e goiana atentam contra o direito público à informação, uma vez que esta passa por um complexo processo de controle e censura. Além disso, o compromisso com o caráter público da informação jornalística independe da natureza (pública ou privada) dos veículos de comunicação.

Por diversos motivos, que vão desde os períodos de pouca ou nenhuma abertura política no Brasil e conseqüente cerceamento da liberdade de imprensa, passando pelo modelo comercial adotado a partir da década de 1950, nossa imprensa, que nasceu opinativa e foi palco de debates, embates e reivindicações das mais diversas ordens, naturezas e diretrizes político-ideológicas encolheu-se e hoje luta para sobreviver, competindo com outros formatos proporcionados pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, como a internet. Mas isso é uma conversa para outra oportunidade.

Referências

AGI – ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. *Imprensa goiana: depoimentos para sua história*. Goiânia: Cerne, 1980.

BARBOSA, Marialva. “Como escrever uma história da imprensa?”. In: *Grupo de trabalho História do Jornalismo*, II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Maria Beatriz Ribeiro. *A Revolução de 30 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia: do bandeirantismo utópico à concretização do discurso*. Dissertação de Mestrado, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1994.

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO KOOGAN LAROUSSE. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1987.

GALLI, Ubirajara. *A história do batismo cultural de Goiânia*. Goiânia: Contato Comunicação/Editora UCG, 2006.

GODINHO, Jávier. *A imprensa amordaçada: contribuição à história da censura no Brasil 1964-1984*. Goiânia: Contato Comunicação, 2004.

JORNAL CINCO DE MARÇO. Acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, Universidade Católica de Goiás.

MATTOS, Sérgio. *Mídia controlada: história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores sócio-culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. "O pragmatismo utópico da Rede Alfredo de Carvalho: preservando a memória e construindo a história dos 200 anos de imprensa no Brasil". In: BERTOLETTI, Esther; IPANEMA, Cybelle de; MELO, José Marques de. *Rumo ao bicentenário da imprensa brasileira*. Salvador: Núcleo de Estudos da História dos Impressos da Bahia; São Paulo: Rede Alfredo de Carvalho, 2002.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

PERFIL DA ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA. Disponível em: <<http://www.ojc.com.br/historia/ojc/historia.htm>>. Acesso em: jun. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VAZ, Daniela Rezende; RAMALHO, Rosimeire. "O lendário jornal Cinco de Março". In: *Anais do evento "Comunicação, Democracia e Novas Tecnologias: 200 anos de imprensa no Brasil, 40 anos do curso de Jornalismo FACOMB/UFG, Semana Magnífica Múndi"*. Goiânia: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia: Universidade Federal de Goiás, 12-16 jun. 2008.